

## Campanha salarial de 2023 foi exaustiva

A campanha salarial deste ano dos servidores públicos municipais de Praia Grande foi mais difícil do que as anteriores. Isso porque o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Praia Grande, que tem como presidente Adriano Roberto Lopes da Silva, o Pixoxó, teve que travar uma verdadeira luta de bastidores contra o Executivo e o Legislativo para evitar que os mais de 13 mil servidores municipais 13.068 servidores ativos e 2.374 inativos - tivessem que 'engolir goela abaixo' um percentual abaixo das expectativas.

Ao final, reajuste salarial ficou em 7,5%, definido levando em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril de 2022 até março de 2023, com reposição de 4,65%, mais um ganho real de 2,85%. Os ativos, além dos inativos que estão incluídos nas regras de paridade, serão contemplados. Com este índice, em pouco mais de um ano e três meses, os servidores da Cidade totalizam valorização dos salários no período de 30,40%.

O Sindicato conseguiu que o cartão alimentação passasse de R\$ 499,32 para R\$ 650,00 (30,18% de aumento) e que o adicional de insalubridade não seja mais computado com relação ao cartão



Assembleia realizada em 13 de abril de 2023

alimentação, o que ampliará o número de colaboradores atendidos.

Também conseguiu a paridade e aumento salarial do agente comunitário de saúde (ACS) e de combate a endemias (ACE), que receberão o piso nacional e depois a revisão geral, o que fará com que o salário ultrapasse o índice aplicado no País para a categoria, fato que acontecerá pela primeira vez com esses profissionais na Cidade.

### LUTA.

A luta para que os servidores não ficassem 'órfãos'

começou em 15 de fevereiro quando uma assembleia aprovou 13,75% mais o IPCA acumulado. No entanto, a Administração permaneceu inerte à proposta do Sindicato e, agindo mais política do que administrativamente, tentou enviar, sem avisar o Sindicato, uma proposta bem abaixo diretamente para a Câmara de Vereadores.

Numa reunião de negociação, Pixoxó e a Diretoria souberam da intenção e frearam a iniciativa, alegando que os servidores não poderiam ser pegos de surpresa. A Administração recuou e o Sindicato

teve que realizar uma assembleia extraordinária e emergencial para levar a contraproposta para os servidores.

No dia 13 de abril, os servidores públicos rejeitaram os 7,5% de reajuste salarial sem outras vantagens, oferecido pela Administração Raquel Chini (PSDB). O encontro foi na sede da Colônia de Férias dos Comerciantes, na Avenida Guilhermina, 240. Os trabalhadores deram aval para a Direção do Sindicato reiniciar a mesa de negociação com a Administração.

Ao fim, depois de idas e

vindas, no dia 12 de maio, em assembleia, a categoria aceitou a contraproposta da Prefeitura foi aceita (7,5%), decidiu pelo fim estado de greve e aprovou a continuidade das negociações da pauta de 2023.

Pixoxó lembra que a correção salarial anual é um direito do servidor de ter corrigido monetariamente seus vencimentos, visando evitar a corrosão e a perda do valor de compra pela inflação. A data base da categoria profissional, em 1º de abril de cada ano, foi mantida.

# Greve: qual a diferença no serviço público e privado?

“Uma greve no serviço público não é fácil. O Sindicato não tem medo de promover uma greve caso seja necessária. Mas é preciso entender que o Sindicato precisa ter responsabilidade jurídica para não levar o servidor a uma aventura. Não expor a vida financeira e nem o emprego do servidor. Uma greve abusiva e mal fundamentada, sem amparo legal e constitucional, pode gerar processos e multas”, explica o presidente Adriano Roberto Lopes da Silva, o Pixoxó.

Um dos responsáveis pelo Departamento Jurídico do Sindicato, Sérgio Boscayno, reforça que a relação estatutária do servidor público é bem diferente da questão trabalhista que rege o serviço privado. “O Sindicato atuou de forma muito prudente, muito certa, deixando definitivamente nas mãos do servidor a decisão de aderir, ou não, a um movimento grevista”, afirma.

O advogado alerta que no caso do servidor público, o

dissídio praticamente não existe, porque a campanha salarial se resume na imposição da Administração sobre a legislação que ela própria criou. “No entanto, o servidor pode fazer uso da estabilidade e não o faz. Quem faz a greve não é o Sindicato, mas o servidor. O Sindicato ficou quase 20 dias com a tenda aberta, em estado de greve, em frente à Prefeitura e teve pouca adesão. Se o servidor não se faz presente, dificilmente vai haver conquista”, explica, alertando que a estratégia da Administração de enviar o índice para apreciação da Câmara, dificilmente, seria revertida na Justiça.

Ele alerta que apenas um movimento consolidado, robusto, e que o servidor em massa fizesse valer suas reivindicações, poderia garantir avanços mais significativos. “Somente com grande mobilização se avança. O Sindicato utilizou todas as ferramentas possíveis. A Direção do Sindicato esperava uma adesão maior, por

conta da estabilidade do servidor, e ela não aconteceu, mesmo sendo decidida em assembleia e amplamente divulgada. O Sindicato só apoia e instrui o trabalhador. Não pode agir sozinho”, explica.

Sérgio Boscayno reforça que judicializar a campanha salarial, como muita gente fica pregando nas redes sociais, seria uma atitude irresponsável porque poderia expor o Sindicato e, principalmente, o servidor, e não acarretaria o resultado almejado. “O servidor deve cobrar mas, ao mesmo tempo, se engajar à luta. A assembleia decidiu, sabiamente, acatar o aumento dado com base na legislação e continuar lutando”.

O advogado finaliza lembrando que campanha salarial não se faz apenas na data-base, mas o ano todo. Com o servidor dentro de seu posto de trabalho, questionando as condições e trazendo as demandas à Diretoria do Sindicato para que o trabalho seja realizado.

## EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Praia Grande

**Presidente:** Adriano Lopes “Pixoxó”

**Endereço:** R. Sérgio Paulo Freddi, 820 - Mirim

**Telefones:** 3499-1300 / 1306

**Site:** www.sindicatopraiagrande.org.br

**Facebook, instagram e youtube:** @sindicatopg

### INFORMATIVO SINDICAL

**Dep. de Comunicação:** Diagramação, edição e redação

**Email:** comunicacao@sindicatopraiagrande.org.br

**WhatsApp:** 99149-9506 **Telefone:** 3499-1300

**Impressão:** Leo's Gráfica

Vem aí:

## SINDICATO ITINERANTE

É o Sindicato na porta da sua unidade

AGUARDE!





# PILATES SOLO

PARA ASSOCIADOS E DEPENDENTES

AGORA NO SINDICATO  
Sede Beatrix

TERÇAS E QUINTAS  
14H - 18H

aulas 2x por semana  
**R\$ 100,00** mensalidade  
PROMOÇÃO

Consulte valores p/ 3x por semana

**INFORMAÇÕES**  
99649-6104



**PLANO Santa Saúde**

FAIXA ETÁRIA	STANDARD POP	EXECUTIVO
0 - 18	R\$ 102,70	R\$ 199,08
19 - 23	R\$ 133,48	R\$ 230,55
24 - 28	R\$ 152,28	R\$ 262,03
29 - 33	R\$ 162,19	R\$ 278,61
34 - 38	R\$ 166,51	R\$ 285,83
39 - 43	R\$ 227,52	R\$ 387,91
44 - 48	R\$ 288,98	R\$ 490,74
49 - 53	R\$ 378,01	R\$ 639,73
54 - 58	R\$ 511,79	R\$ 864,26
59 +	R\$ 615,00	R\$ 1.332,78

Tabela vigente: até março 2024

SCS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA INCLUSO

**SINDICATO PRAIA GRANDE**

3499-1300  
99649-6104

www.sindicatopraiagrande.org.br

## BENEFÍCIOS EM SE ASSOCIAR AO SINDICATO



CONSULTORIA JURÍDICA



SEGURO DE VIDA



CLÍNICA ODONTOLÓGICA



CLÍNICA DE FISIOTERAPIA



CLÍNICA DE MASSOTERAPIAS



PILATES



PSICÓLOGA

FAÇA SUA SINDICALIZAÇÃO ONLINE:

[sindicatopraiagrande.org.br](http://sindicatopraiagrande.org.br)



# Cozinhas de escolas em Praia Grande são ‘bombas relógio’

A Direção do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Praia Grande deve marcar uma reunião urgente com a Secretaria de Educação (Seduc) do Município para saber como resolver uma problema trabalhista sério que está colocando em risco dezenas de serventes, cozinheiras e auxiliares de cozinha que prestam serviços nas escolas municipais do Município.

Recentemente, diretores do Sindicato obtiveram depoimentos dramáticos das profissionais sobre a situações de insalubridade e periculosidade das cozinhas. Caso a situação não se resolva, o Sindicato pretende mobilizar o Ministério Público do Trabalho.

Segundo relatos das trabalhadoras, cujas identidades serão mantidas sob sigilo para que não sofram represálias, o calor intenso nas cozinhas fez, recentemente, um termômetro explodir. “Fui trabalhar nela já tinha explodido. A cozinha não tem ventilação fica praticamente no meio da escola e é pequena demais. Falaram que iriam

aumentar mais nada aconteceu até agora”, conta uma profissional.

Conforme apurado, outras funcionárias públicas passaram mal por conta do calor. “Mesmo com ventilador, sofremos. Uma colega de trabalho sentiu tontura e ainda bem que conseguiu sentar. Havia uma conversa de ar condicionado, mas nada que se diz respeito a nós vai para frente, vão sempre empurrando com a barriga. Falaram em lavadoras de prato, mas nada até agora. Temos pisos inapropriados. Muitas já caíram. Um entregador e três serventes. Já foi informado às chefias, que fizeram o que estava ao alcance, mas depende da Seduc”.

Uma panela de pressão explodiu. “Teve um dia que a panela subiu o pino eu corri pra desligar o gás a chave saiu na minha mão. Isso seria periculosidade junto com insalubridade”, conta a funcionária.

## UNIFORMES.

Relatos dão conta ainda da falta de uniformes. Servi-



Banco de Imagens da Prefeitura de Praia Grande

doras seriam obrigadas a usar, mas a Seduc não fornece, ou fornece a cada dois anos, mas limitado a uma calça e duas camisetas. Teve relatos de servente que comprou o uniforme. “Do tempo que estou nunca recebi o uniforme completo. Vem duas camisetas depois de um tempo uma calça e assim vai. Uma camiseta, custa

35,40”, explica.

Há relatos de eletrodômicos quebrados fazendo com que as próprias servidoras levem os seus para facilitar a produção das merendas. “Falta muitos alimentos pedidos no cardápio e pedem pra nós trocarmos. Há acúmulos de função. Merendeira cozinha, lava louças, o chão e ainda um monte de papéis

pra preencher. Quando não dá, somos cobrados. E a diferença salarial de ajudante e merendeira é de R\$ 30,00. Para piorar, temos que deixar impecável a dispensa arrumando tudo subindo em escada sem segurança nenhuma e tem câmera ainda lá dentro com áudio”, finaliza.



Desde a sua implantação em 2019, o Canal da Ouvidoria tem recebido denúncias de diversas secretarias.

Só no ano de 2022 a SEDUC figurou entre as secretarias que mais demandaram ocorrências via ouvidoria. Na sequência aparece a SESAP e SEASP.

A direção do sindicato tem feito um trabalho persuasivo a fim de combater diversas práticas inaceitáveis e cobra da administração maior empenho na resolução dos problemas.

**OUVIDORIA**

SERVIDOR PÚBLICO  
**DENUNCIE**  
IRREGULARIDADES  
DO SEU LOCAL DE TRABALHO

ACESSE:  
[www.sindicatopraia grande.org.br](http://www.sindicatopraia grande.org.br)

## ASSÉDIO MORAL

O Sindicato vem intensificando o combate ao assédio moral dentro da administração pública e diversas ações acontecerão ao longo do ano.

Enquanto finalizamos a cartilha de prevenção ao assédio moral no serviço público, disponibilizamos em nosso site a cartilha do Tribunal Superior do Trabalho.

Acesse:

[www.sindicatopraia grande.org.br/cartilha-assedio-moral.pdf](http://www.sindicatopraia grande.org.br/cartilha-assedio-moral.pdf)





## Mais de 100 funcionários são atendidos, mensalmente, por problemas psicológicos



Um número assustador em Praia Grande. Em média, cerca de 115 funcionários públicos são atendidos por mês por transtorno de ansiedade, de pânico, depressão moderada e severa e estresse pós-traumático. A situação preocupa a Direção do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Praia Grande.

A psicóloga da entidade, doutora Ana Lucia, geralmente, os funcionários já estão

com afastamento médico quando iniciam o acompanhamento psicológico. As secretarias municipais que mais causam traumas nos funcionários são Educação, Saúde e Serviços Urbanos.

“Conflitos com equipe e gestores, sobrecarga de trabalho, falta de capacitação efetiva para o trabalho, assédio moral e endividamento são os motivos apontados pelos funcionários para estarem com a psicológico abala-

do”, afirma.

A profissional afirma que o assédio moral é muito grande no funcionalismo de Praia Grande e pressões por melhor desempenho produtivo também. “Dificilmente esses problemas chegam à Administração por razões óbvias”, completa.

A doutora Ana Lucia explica que para minimizar a questão é preciso uma série de procedimentos, que deve partir das chefias diretas e da Prefeitura de Praia Grande.

“Capacitar efetivamente os funcionários, realizar palestras para ampliar o conhecimento sobre os direitos e deveres do funcionalismo, acompanhamento mais próximo e ampliado do clima organizacional dos setores são alguns deles”.

## Números

Cresce o número de associados e atendimentos em 2022  
Veja como o sindicato fechou o ano:

TOP 4 DOS SETORES DE ATENDIMENTO DO SINDICATO



A clínica de massoterapias vem na sequência com 729 atendimentos em acupuntura e 687 em drenagem.

## DELEGADOS DE BASE

